



O Programa Nacional Biblioteca da Escola e sua ação “Literatura em Minha Casa”, sob o olhar dos que o conceberam¹

Prof. Dr. Livio Lima de OLIVEIRA²

RESUMO

Livros, pesquisas acadêmicas, atas de seminários, relatórios, pareceres, carta aberta e outros documentos expõem a complexidade da rede de interesses em torno do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Instituído em 1997, o PNBE é um dos programas de aquisição de livros para formação de bibliotecas escolares, concebido pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC) e coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Este artigo apresenta a visão de boa parte dos atores que participaram da avaliação, seleção, produção, distribuição e usufruto dos livros que formam os diversos acervos do PNBE, a fim de apontar possíveis segredos nos critérios de seleção de títulos que compõem o acervo do PNBE.

PALAVRAS-CHAVE: PNBE; FNDE; MEC-SEB; indústria editorial; políticas públicas.

O objetivo deste artigo é procurar esclarecer as relações entre esses principais atores envolvidos em algumas edições do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) – Secretaria de Educação de Infantil e Fundamental (SEF) do Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e parcelas da indústria editorial brasileira – e dialogar com as visões de diferentes campos de interesse sobre o tema. O artigo é também uma ferramenta que permite contribuir com a compreensão do objeto a partir do ângulo dos processos editoriais num cenário de início de internacionalização de setores da indústria editorial. Pretendemos também estabelecer sentidos de análise que permitam estudos comparativos com as edições posteriores e sua avaliação.

O presente artigo pretende, também, complementar trabalhos já apresentados neste núcleo em outras edições deste evento, a saber: “Breve histórico das práticas de aquisição de livros no Brasil” – no qual apresentamos o PNBE e todas as suas ações – e “Comunicação pública de estratégias do Programa Nacional do Livro Didático” – no qual discutimos certas indefinições e exigências quanto aos chamados aspectos gráfico-editoriais, que podem conduzir à aquisição de livros impróprios para o uso das crianças, especialmente quanto à legibilidade.

De 1998 a 2002, o público pretendido pelo programa era formado exclusivamente por alunos ou por professores das escolas públicas, ou seja, os livros

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor pela ECA-USP. E-mail: livio@usp.br.



adquiridos se destinavam ou ao acervo das bibliotecas escolares ou diretamente aos alunos dessas escolas. Mas, em 2001, o programa, por meio da ação intitulada “Literatura em Minha Casa”, contemplou simultaneamente esses dois grupos, quando foram adquiridos milhões de livros para os alunos e para os professores, além de obras para compor os acervos das bibliotecas escolares.

É importante notar que tal alteração de público pretendido merece especial atenção, sobretudo no que se refere à metodologia de seleção das obras adquiridas. Tal seleção foi responsável por uma gigantesca ampliação do público – de 3,8 milhões de alunos, em 2002, para 18 milhões, em 2003 – e, conseqüentemente, de recursos aplicados – de R\$ 19,8 milhões, em 2002, para R\$ 110,7 milhões, em 2003. (OLIVEIRA, 2008: 21).

A metodologia utilizada nesta pesquisa envolveu um exame detalhado dos documentos obtidos, a comparação entre eles e o cotejamento com falas oficiais, a coleta e a apreciação de literatura convergente com o tema provenientes do campo acadêmico, de áreas técnicas de editoração e de setores da indústria editorial.

Também coletamos e apreciamos discursos documentados de atores que fizeram parte de todo o processo de seleção e avaliação das obras do programa, além de nossa apreciação a partir de conhecimentos técnicos específicos.

E tais discursos serão a base bibliográfica deste artigo, já que parecem constituir um dos poucos documentos – o único na nossa avaliação – que procura argumentar a ação “Literatura em Minha Casa”, ocorrida nos anos de 2001, 2002 e 2003, por meio das falas dos principais atores do processo de seleção das obras, a saber: a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB-MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) e diversos de seus pareceristas.

Tal documento são as apresentações realizadas em seminário do 4º Salão do Livro para Crianças e Jovens, promovido pela FNLIJ em 2002. Dentre os principais nomes que participaram do seminário “PNBE: o direito de ler literatura”, destacamos: Iara Glória Areias Prado (secretária de Educação Fundamental), Mônica Messenberg (presidente do FNDE), Elizabeth D’Angelo Serra (presidente da FNLIJ), além de alguns pareceristas que fizeram parte de comissões técnicas como Nilma Gonçalves Lacerda, Suely Duque Rodarte, Lucia Helena Maroto, Maria José Nóbrega, Fernando Coelho A. Silveira, Madza Ednir Nogueira e Luis Camargo. É importante apontar que o texto transcrito desse seminário, importante documento para análise do PNBE, antes



hospedado no portal do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), encontra-se, inexplicavelmente, fora do ar e, até o presente momento, parece não estar disponibilizado em nenhum outro portal³.

Iara Prado, ex-secretária de Educação Fundamental do MEC e uma das responsáveis pela mudança de destinação dos livros (os livros que antes ficavam na escola, passaram a ser distribuídos diretamente aos alunos – entre 2001 e 2003 – e, após sua gestão voltaram a formar acervos de bibliotecas escolares), destaca em sua apresentação no seminário, problemas estruturais bastante graves da educação brasileira, cujas soluções nos parecem absolutamente fora do âmbito do PNBE.

Os principais problemas listados pela secretária são o alto índice de repetência escolar, a falta de capacitação dos professores tanto para a leitura quanto para a escrita e diferenças de qualidade na educação entre os estados.

Para ela, que hoje coordena o programa Ler e Escrever da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, esse triste cenário educacional brasileiro se reflete no material didático produzido pelas editoras:

O que se veiculava era que o professor só tinha condições de trabalhar com materiais compreensíveis à sua condição de “profissional mal formado”, o que fez com que, cada vez mais, o mercado de material didático aumentasse a oferta de produtos de baixa qualidade (FNLIJ, 2002: 15).

Uma das soluções, para ela, seria atingir uma meta de qualidade por meio de uma “militância pedagógica” que se consolidou na edição de 2002 do PNBE, quando foram distribuídos materiais diretamente à formação de professores. Assim sendo, parece que houve um *mea culpa*, já que a edição de 1998 distribuiu acervos para as bibliotecas escolares, cujos conteúdos deveriam ser relacionados aos professores. Talvez devesse ter se preocupado primeiro com a formação continuada e depois com a formação de bibliotecas nas escolas. Além disso, a própria secretária denuncia o material didático de baixa qualidade que vem sendo produzido, e o que é pior, comprado pelo Ministério da Educação, sempre dos mesmos fornecedores: pouquíssimas empresas da indústria editorial brasileira.

Ela aponta também dificuldades na sistematização do trabalho na SEB, órgão que chefiou por oito anos, já que só na segunda edição do PNBE se preocupou em montar

³ A própria Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), em seu portal, relata a importância desse evento: “A Cinemateca do MAM mais uma vez abrigou as discussões do 4º Seminário de Literatura Infantil e Juvenil desta vez trazendo o tema ‘PNBE: O direito de ler Literatura’ ocorreu durante os dias 25 e 26 de Novembro, e visava a reflexão e argumentação sobre o Programa Nacional Biblioteca na Escola, do FNDE/MEC.”. Disponível em: <www.fnlij.org.br/saloes/salao8/saloes.html>. Acesso em: 2 jul. 2011.



uma comissão técnica mais capacitada e realmente preocupada com a formação de leitores. Tal comissão foi coordenada pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil e sobre ela, a secretária desabafa:

Na verdade, nós trabalhamos muito pouco com Elizabeth Serra [*presidente da FNLIJ*] nos quatro primeiros anos com leitura. Não por falta de insistência dela, mas por falta de competência nossa de dar conta de tudo aquilo dentro de uma repartição pública. O MEC é uma repartição pública, com muita dignidade, mas também com todas as dificuldades que uma repartição pública normalmente tem (idem: *ibidem*, grifos meus).

Iara Prado destaca também o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA) que, junto com a formação continuada, ela classifica de “avanços que nos permitiram chegar ao PNBE”. Ora, no final da década de 1990, descobrir que era necessário capacitar os professores para alfabetizar, trabalhar com eles questões de escrita e de leitura para que saibam “para que serve o livro de literatura e como usá-lo com a criança” é um tanto óbvio, sobretudo para quem ocupa tal posto.

Ressalta também a importância dos editores no “Literatura em Minha Casa”:

Houve a ideia de chamar os editores a cumprir sua função social. Desta vez, editores de literatura. Tinha-se dois objetivos: um deles era que o aluno pudesse ter um livro nas mãos dele e que esse livro tivesse a possibilidade de repercutir em sua família. O segundo objetivo era que os editores comprovassem que o livro é um produto de natureza diferente, um produto que tem função social, um produto que forma o futuro de um país (idem: *ibidem*).

Ou seja, Iara Prado parece ter visto na ação “Literatura em Minha Casa” uma chance para os editores produzirem material de melhor qualidade, já que ela própria acredita que o material comprado até então deixava a desejar.

Boa parte de sua palestra no seminário mostrou os problemas enfrentados por sua gestão, mas, ao mesmo tempo, nos deu a impressão de que as medidas por ela tomadas eram mais intuitivas que científicas. Iara encerra:

A distribuição das coleções destinou-se às 4^a séries porque não há como acreditar que nesta série este aluno não seja ainda um leitor e um escritor. A ideia é ir descendo, pois o mais correto seria distribuir os livros na 2^a série. Já na 5^a série, distribuir um outro tipo de livro, porque este aluno está entrando numa outra etapa. Dessa forma, transformar numa política: toda 2^a série ganhando um grupo de livros e toda 5^a série ganhando um outro acervo, com livro juvenil (idem: 17).

Assim, nos parece que a distribuição de livros foi equivocada, já que a própria secretária admite que talvez a série ideal fosse outra. É uma pena ela descobrir isso só depois de tudo feito e não ter procurado antes montar uma comissão técnica mais competente e procurado trabalhos mais pertinentes, uma vez que há nas universidades



trabalhos e pesquisas bastante pontuais sobre a formação de leitores e a implantação de bibliotecas nas escolas.

Em 2002, Mônica Messenberg Guimarães, que na época presidia o FNDE e hoje é representante da Fundação Santillana no Brasil, fala do histórico do programa e de seus objetivos e destaca que

O PNBE surge com objetivos de promover a melhoria da qualidade da aprendizagem nas escolas públicas de ensino fundamental através das práticas de leitura; distribuir obras de literatura de referência bem como outros materiais de apoio; apoiar projetos de capacitação e atualização do professor do ensino fundamental e, por fim, estimular o hábito da leitura para a formação de consciência crítica entre os alunos e difundir o conhecimento entre professores e alunos (idem: 11).

Explica que a mudança de perfil do programa entre as duas primeiras edições e as seguintes (que contemplariam a ação “Literatura em Minha Casa”) se deu em virtude de uma avaliação crítica sobre o uso dos acervos, já que

diretores, outras instaladas nas bibliotecas, mas sendo pouco exploradas. Não estava havendo um trabalho de aproximação entre a criança e aquele espaço da biblioteca e também os professores não estavam inserindo as obras daqueles acervos no trabalho do dia-a-dia da escola (idem: 12).

A própria secretária aponta esses problemas e, assim, justifica a mudança no programa, ou seja,

Decidiu-se que o melhor era entregar o livro à criança, para que ela pudesse levá-lo para casa, dispor dele, como um item de primeira necessidade. Nessa nova concepção, alunos de 4ª e 5ª séries começaram a receber coleções [...]. A busca era estar incentivando a leitura, a troca de livros e a inserção da literatura dentro do núcleo familiar (idem: *ibidem*).

Quando explica a sistemática do programa, um ponto que vale anotar em sua fala é em relação à triagem do livro, quando

é verificada sua qualidade física, ou seja, se possui bom papel, boa ilustração etc. Sua durabilidade deve estar equiparada a de qualquer livro disponível em livraria. O IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológica), de São Paulo, faz este controle de qualidade, verificando se a apresentação física está em conformidade com as especificações do edital. Esse processo antecede a verificação da qualidade literária (idem: *ibidem*).

Em relação às críticas dos editores (sintetizadas por Felipe Lindoso, em sua obra *O Brasil pode ser um país de leitores?*), Messenberg, na qualidade de representante do governo, responde assim:

O professor não participa da escolha do livro porque a grande maioria do professorado não teve um processo de introdução no mundo literário ainda. Uma grande crítica dos professores ao PNLD é a múltipla oferta de produtos sem um tempo hábil de escolhê-los, principalmente sem ter o produto em mãos (idem: 48).



Disse ainda que a comissão técnica foi formada por dezenas de pessoas que têm acesso aos professores e que, de alguma forma, os representam.

Suely Duque Rodarte, ex-secretária de Educação de Campo Belo/MG e atual diretora executiva da seção mineira da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/MG), arremata:

Um objetivo ficou nitidamente claro: o que se propôs foi a qualidade do material a ser levado. Não foi privilegiado, em nenhum momento, um problema financeiro ou exclusão de editoras. O que se queria era levar a literatura (que até então não estava chegando) a muitos lugares. É preciso atentar para os projetos e experiências que estão acontecendo, onde se está chegando, como está sendo feito. Se começarmos a remexer demais, existe o risco de perder. Como professora e como Secretária de Educação, o programa satisfaz. Podemos não satisfazer aos editores que ficam de fora, mas podemos satisfazer em qualidade com a nossa proposta de literatura (idem: 49).

Rodarte parece ter querido dizer: antes assim do que nada. Definitivamente, não é uma contribuição tentar silenciar as críticas em relação ao programa, uma vez que, boa parte dos participantes do seminário, também deixou clara sua opinião positiva a respeito do PNBE.

Em relação ao que Messenberg chama de “verificação da qualidade literária”, expressão bastante estranha, garante aos seus ouvintes que tal avaliação é realizada por equipes de especialistas e que “nesta etapa há discussão sobre a obra propriamente dita, a interatividade da coleção, a consistência e a qualidade do trabalho apresentado”.

Ora, uma rápida análise das coleções por especialistas em literatura pode causar certo estranhamento em relação às obras escolhidas e à tal “qualidade literária”. Não é o objetivo desta pesquisa questionar as seleções, mas há quem critique duramente este processo, como é o caso da Profa. Dra. Maria Antonieta Antunes Cunha – ex-presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte e professora do curso de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em duas ocasiões, a professora refletiu sobre o projeto “Literatura em Minha Casa”. A primeira delas foi em carta aberta – intitulada “Opinião sobre o projeto ‘Literatura em Minha Casa’, do MEC”, na qual critica a composição das coleções e a presença massiva das mesmas editoras nas duas edições do programa:

A meu ver, por exemplo, definir que a compra se faça pelo conjunto dos cinco livros apresentados pela mesma editora é uma evidência de não priorização da qualidade: sem sequer considerar a questão de “deformação” a que se submetem as obras, quanto à sua produção original, as coleções selecionadas raramente apresentam equilíbrio quanto à adequação a seus leitores prioritários.



Seria muito mais correto, do ponto de vista estético e da democracia também desejável no mercado, que as editoras apresentassem suas melhores obras em cada gênero e que o MEC formasse as coleções incluindo os melhores livros, eventualmente juntando editoras diferentes. Nenhum problema logístico deveria sobrepor-se às questões de qualidade, e nenhum deles parece insuperável.

Como foi concebido, o projeto, além de não selecionar obrigatoriamente os melhores ou mais adequados, privilegiou para uma compra de 80.000.000 de livros apenas 10 (dez) editoras!!! Quatro delas foram selecionadas nas duas edições do projeto. Na segunda seleção, duas são reconhecidamente do mesmo grupo empresarial.

Esse parece ser outro ponto fraco do projeto: na realidade, nas duas versões o projeto contemplou muito poucas editoras, e somente do eixo Rio-São Paulo, desconsiderando a bela e premiadíssima produção de literatura infantil e juvenil de outros Estados. O projeto privilegiou claramente o poder econômico, em detrimento de projetos culturais consolidados ao longo dos anos e reconhecidos das editoras.

As críticas da professora nessa carta aberta mais uma vez denunciam a concentração de determinados grupos editoriais e, ao contrário do que dizem os representantes desse mercado, Cunha sugere que uma maneira de “repartir o bolo” não é comprando mais livros e sim comprando de editoras diferentes a cada edição do programa.

Sua segunda reflexão foi em uma apresentação acadêmica intitulada “Por uma urgente e verdadeira transformação da política de letramento do cidadão brasileiro”. Nela, Cunha questiona a composição dos acervos. A professora aponta como organizar uma lista significativa, democrática e aberta:

Há experiências de sucesso no Brasil, nas quais se faz uma seleção de ampla lista com claros indicadores de qualidade, abarcando os mais diferentes gêneros, temas, tratamentos, linguagens, autores, editoras, organizada de tal forma que cada um desses itens apareça com seu tamanho e sua importância. Essa diversidade não só é democrática, mas evidencia o ponto-chave da questão da conquista do leitor: a opção de cada um, o caminho individual na busca de textos diferentes são a “fórmula mágica” de criar leitores. Sabemos que ninguém tem a ilusão de que cinco ou seis gêneros abarcam as possibilidades de sedução para a leitura. Uma lista abrangente, que pode ser muito exequível, teria muito mais chance de contemplar os vários tipos de leitores potenciais.

Ou seja, um acervo deve ser o mais heterogêneo possível. Poucos gêneros literários e de obras que, em algumas edições, contemplam os mesmos autores pouco contribuem para a ampliação do interesse pela leitura.

A anfitriã e organizadora do seminário, Elizabeth D’Angelo Serra (presidente da FNLIJ e ativa participante em comissões técnicas e avaliadoras do programa, em mais de uma edição do mesmo), destaca a importância

do projeto “Literatura em minha Casa”, integrador da ação familiar e escolar em prol da formação de leitores por meio da literatura infantil e juvenil. Não há na atualidade, no mundo, iniciativa governamental de distribuição de livros de



literatura deste porte. É preciso dar a conhecer ao mundo essa iniciativa (FNLII, 2002: 18).

Em relação aos livros adquiridos nas duas primeiras edições, em 1998 e 1999, Serra, que coordenou a seleção do segundo acervo, relata as sugestões que dera na época para a composição desse acervo:

Foi, portanto, enviado com sugestões e apontando alguns caminhos e sugerindo, por exemplo, que o MEC poderia contratar a Fundação para fazer um acervo mais ampliado (1.000, 1.500 livros). Não necessariamente para o MEC comprar, mas para sugerir que as escolas dos Municípios e dos Estados complementassem seus acervos, porque havia recursos para isso. Trata-se de uma questão de decisão política (idem: *ibidem*).

Ou seja, a proposta da FNLII era que os títulos do acervo fossem selecionados pelos próprios estados e municípios e não diretamente pelo governo federal, como acabou sendo feito.

Nilma Gonçalves Lacerda, escritora, pesquisadora e professora adjunta da Universidade Federal Fluminense, foi uma das pareceristas escolhidas pela FNLII para seleção dos livros. Ela usa a visão do filósofo Schopenhauer – que prega extrema economia de leitura – como espécie de caminho a ser tomado na seleção e avaliação dos títulos de literatura que possam formar uma classe pensante:

Afinal, como proceder esta seleção de forma que não se levasse o leitor a desperdiçar o seu tempo e a sua energia? Schopenhauer fala da necessidade de se economizar essas duas coisas, ambas muito escassas na vida humana. [...] Assim como ele aprende a ir muito além do nome das coisas, a preparar a visão adequada, a preparar as abordagens que possam privilegiar o conhecimento imediato, nossos alunos, ao estarem na biblioteca lendo literatura, vão adquirindo, tal como Schopenhauer em sua viagem, a chance de se tornarem “classe pensante” (idem: 23).

A parecerista, ao tomar esta “decisão filosófica”, não deixa claro que critérios foram utilizados para selecionar e avaliar os livros, pois a preocupação maior para escolha de títulos para o público infanto-juvenil talvez não seja criar uma “classe pensante” e sim uma “classe leitora”.

Outros palestrantes foram Madza Ednir Nogueira – que é membro do Núcleo de Planejamento Central da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – e Luis Camargo que participaram da concepção, respectivamente, do *Guia do livronauta* (para utilização do primeiro acervo) e do manual *Histórias e histórias* (para utilização do segundo acervo).

A ideia de criar o *Guia do livronauta* surgiu da “constatação de que os 126 livros do acervo do PNBE 1998 estavam sendo pouco ou nada utilizados”. Isso “fez com que



fosse iniciado um projeto de elaboração de um material que estimulasse o uso dessas obras” (FNLIJ, 2002: 19). Nesse guia, “cada livro é como uma cidade e dentro da cidade são dadas coordenadas para que a pessoa possa se localizar. São dados os pontos que podem ser interessantes de visitar e o professor tem a liberdade de escolhê-los” (idem: *ibidem*). O guia foi distribuído quase três anos depois de as escolas terem os acervos e, mesmo assim, os professores parecem não ter “embarcado nessa viagem”.

Luis Camargo fala sobre o manual *Histórias e histórias*, elaborado pela Profa. Dra. Marisa Lajolo, que sugeriu a adoção do estilo de cartas. No entanto, os dois manuais parecem não ter sido bem utilizados, conforme mostra o Tribunal de Contas da União (TCU) em seu segundo relatório de monitoramento do PNBE:

O conjunto de medidas apresentadas, contudo, não atendeu à recomendação. Assim, essa questão foi considerada pendente de implementação, com relação às seguintes medidas: elaboração de material com orientações específicas sobre a utilização de espaços físicos para atividades pedagógicas e de leitura, bem como formas de incentivo à utilização de livros paradidáticos; reformulação da cartilha desenvolvida em convênio com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil; desenvolvimento de trabalho de leitura e fomento da utilização dos guias de apoio ao uso dos acervos em parceria com os programas Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em Ação e Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA) (TCU, 2003: 9).

Não se sabe como esses manuais foram encomendados, se foi aberta licitação, quem escolheu as pessoas que os confeccionaram. Em visita à Secretaria de Educação Básica, em Brasília, não foi possível obter respostas a essas questões, tampouco examinar ou adquirir um exemplar para efeitos desta pesquisa. Em 2007, os guias foram escaneados e disponibilizados em formato PDF⁴. O que se pode constatar é que o FNDE pagou R\$ 450.000 para um trabalho que seu relatório de atividades chama de “produção do guia do PNBE” (FNDE, *Relatório de Atividades 2000*: 109). Ainda assim, não sabemos ao certo se esse valor foi pago para um ou ambos os manuais.

Elizabeth Serra também participou da comissão técnica das edições de 2001 e 2002, quando os livros foram distribuídos aos alunos e os acervos passaram a se chamar “Literatura em Minha Casa”. Outros integrantes dessa comissão (a bibliotecária Lucia Helena Maroto – autora de *Biblioteca escolar, eis a questão* –, Maria José Nóbrega – atualmente assessora da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e coordenadora do curso de Pós-Graduação do Instituto Superior de Educação Vera Cruz –, Suely Duque Rodarte – diretora executiva da UNDIME/MG –, e Fernando Coelho A. Silveira) também falaram do processo de seleção e avaliação das obras.

⁴ Ambos estão disponíveis no portal Domínio Público.



Serra nos dá informações valiosas a respeito desse processo, a começar pela formação da comissão técnica:

Para a seleção das coleções do “Literatura em minha Casa”, houve uma portaria do Ministro da Educação em que uma Comissão Técnica era nomeada. Essa Comissão era formada pelo representante da FNLIJ (neste caso, a Secretária Geral, Elizabeth Serra), Percival Leme Brito (ALB – Associação de Leitura do Brasil), especialistas como Maria José Nóbrega, Antônio Augusto Batista (CEALE – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita), Maria da Glória Bordini, Presidência do CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e da UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e um representante da Secretaria de Educação Fundamental (FNLIJ, 2002: 25).

Depois de formada, a comissão recebe instruções a respeito do programa:

Foram dadas algumas diretrizes: o formato da publicação e a determinação de que as coleções teriam cinco volumes. Além disso, deveriam ser apresentados pelas editoras para avaliação. Também já estava decidido que o livro era para ser levado para casa pelo aluno. Algumas reuniões foram feitas, desde o início. Este nome, “Literatura em minha Casa”, foi sugerido pelo Percival Leme Brito e era uma síntese do que estávamos imaginando (idem: *ibidem*).

O próximo passo seria definir os gêneros literários que formariam a coleção que os alunos receberiam, bem como algumas características de ordem técnica:

Os gêneros não estavam definidos anteriormente: não se sabia se seria só antologia, se seria de um único autor; esse conjunto de elementos que constituíram o “Literatura em minha Casa” nós definimos. Não era escolha de livros do mercado. Tinha que se produzir alguma coisa que ainda não existia. Era defendida a ideia de o livro ser colorido. Mas foi preciso aceitar alguns pressupostos como, por exemplo, ser preto e branco por dentro. Isso incomodou a todos, mas era evidente que alguns fatores em relação ao formato, para uma produção gigantesca de 60 milhões de livros para distribuição, tinha a ver com os recursos (idem: *ibidem*).

Foi esse, então, o trabalho dessa comissão técnica: conceber os parâmetros (tanto literários quanto técnicos) da mudança de foco do PNBE. A partir desse ponto, foi aberto o edital de licitação, as editoras produziram e inscreveram as coleções e outra comissão foi montada para selecionar e avaliá-las:

Foi recebida a instrução de que a seleção seria feita por professores indicados por cada Estado pelo CONSED e pela UNDIME. Essa Comissão Técnica, constituída através da portaria do Ministro da Educação, coordenaria este processo. Talvez esse ponto tenha sido pouco divulgado: a Comissão Técnica coordenou um processo de avaliação transparente e democrático. Não foi ela própria que avaliou. A Fundação tem sido penalizada por alguns descontentamentos porque acham que foi ela, sozinha, que realizou as escolhas. As representações (60 pessoas) eram mescladas e eram formadas duplas. Cada dupla lia de cinco a seis coleções. Havia uma ficha com um roteiro de fatores que definiriam a avaliação: a temática, o projeto gráfico, a textualidade, a autoria. Nenhuma editora estabeleceu contato ou fez interferências durante este processo. Foram dez dias em um hotel fazenda em Jundiá, internados, lendo literatura, em função deste projeto.



Na primeira reunião, em São Paulo, foram apresentadas 35 coleções para que seis fossem escolhidas. Certamente outras, além dessas seis coleções, tinham condições de ser publicadas. Foi um ponto de questionar o porquê de não se abrir o processo para mais editoras. Isso foi firmado em um documento.

Este ano foram 64 coleções. Uma triagem anterior é feita pelo IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológica), da USP, onde aspectos gráficos informados no edital são averiguados. Recebemos, portanto, 51 coleções para avaliar.

O grupo de pessoas foi escolhido pelo MEC baseado em critérios regionais. Desta vez, o PROLER foi incluído no processo. A SEF e o FNDE reconheceram o PROLER como um braço importante para participar dessa seleção, demonstrando como educação e cultura realmente estavam unidas. Houve uma preocupação no estabelecimento de alguns requisitos (ter experiência no Ensino Fundamental e com Literatura Infantil) e de atendê-los ao máximo. Muito embora se considere o professorado brasileiro como não leitor, este grupo demonstrou que o bom livro, a boa literatura e o que deve ser oferecido à criança não é desconhecido por ele.

Durante este processo também foi possível conhecer a competência dos editores e a capacidade do mercado editorial. Os editores tinham que mostrar o produto exatamente como ia ser vendido, portanto, era um investimento arriscado. No entanto, houve esmero no produto, na concepção editorial, na edição de arte (idem: 25-6).

Como se vê, o depoimento de Elizabeth Serra é bastante valioso, uma vez que em três visitas à Secretaria de Educação Básica, em Brasília, (nos anos de 2004, 2005 e 2006), o pesquisador sequer teve acesso a tais informações⁵.

É claro que nesse seminário talvez não fosse o local, tampouco a hora, de citar quem eram as sessenta pessoas que, hospedadas em um hotel no interior de São Paulo, avaliaram e selecionaram as coleções. O que ela chama de “critérios regionais” é bastante vago, já que as coleções escolhidas pouco relativizaram a regionalização.

Infelizmente, os relatórios desse processo de avaliação (ficha com roteiro de fatores que definiriam a avaliação, documento questionando o porquê de não se abrir o processo para outras editoras) não se tornaram públicos, tampouco sua consulta é permitida, fato que poderia sugerir eventual favorecimento autoral e/ou editorial. Embora não comprovadas por esta pesquisa, tais suspeitas têm sido levantadas há tempos. Em 1984, opinando sobre avaliação e seleção de livros didáticos, Oliveira, Guimarães & Bomény já denunciavam:

⁵ Além das visitas, tentamos também contato com esses órgãos por mensagens eletrônicas para entrevistar alguns atores que participaram do processo de seleção, avaliação, execução e distribuição dos livros do programa, a saber, profissionais da Secretaria de Educação Básica e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, além participantes das comissões técnicas. As tentativas, no entanto, não foram felizes, pois percebemos pouquíssima (ou nenhuma) disposição dessas pessoas para falar a respeito do programa. Entre os possíveis impedimentos, notamos a pouca colaboração dos órgãos públicos e de seus representantes no que concerne a dados que desejávamos levantar acerca do PNBE/2003, já que foi a mais custosa e, conforme mostra levantamento do Tribunal de Contas da União, houve graves problemas de distribuição e baixo índice de utilização dos acervos pelos alunos.

A prática mais criticada é o segredo. Essa é uma faca de dois gumes. Para se preservar o parecerista que opina sobre a inclusão ou exclusão de títulos, seu nome é guardado em segredo, bem como o parecer. Pelo menos o grande público o ignora, conquanto em nossas entrevistas ficou claro que, sobretudo nos estados, os personagens envolvidos são rapidamente conhecidos pelos grupos editoriais. O segredo protege, dessa forma, um envolvimento particular e protecionista, sem oportunidade de acesso do público a partes importantes do processo seletivo (Oliveira, Guimarães & Bomény, 1984: 123).

A bibliotecária Lucia Helena Maroto, em sua exposição, pouco fala da experiência de participar dessa comissão técnica e limita-se apenas a expor algumas políticas de formação de leitura.

Já a pedagoga e consultora Maria José Nóbrega, que também fez parte da comissão técnica do PNBE 2001 e 2002, pormenoriza um pouco mais os critérios de avaliação e seleção das coleções, destacando que “as pessoas que compõem o Colegiado são pessoas que têm pesquisa acadêmica na área da literatura infantil e são pessoas que militam pela leitura” (FNLJ, 2002: 28). Checar a veracidade dessa informação não é completamente possível, uma vez que não sabemos quem eram todas as pessoas envolvidas no processo.

Destaca ainda que a opção pela escolha de gêneros literários foi feita imaginando-se “um conjunto de obras que permitissem chegar à casa da criança e de sua família a representatividade da literatura brasileira (não só a daquele momento)” (idem: *ibidem*).

É na sua fala que encontramos algo mais próximo do que parecem ter sido os critérios de avaliação e seleção. Diz ela:

Os critérios determinantes na avaliação desse acervo são critérios eminentemente técnicos que levam em conta desde a tipologia até a textualidade (considerando-se composição, equilíbrio, diversidade). Observava-se a pertinência temática, levando em consideração a questão da propriedade do tema e o tratamento em relação ao público leitor, dadas as características deste. Em relação à autoria, considerava-se a representatividade, a pertinência ao patrimônio cultural, ao cenário da cultura brasileira naquele momento. Outro aspecto observado era o projeto gráfico. Havia sérias restrições impostas pelo próprio formato estipulado pelo edital. Foi constatado que, às vezes, restrições provocam soluções extremamente interessantes. Observava-se: relação texto e imagem, distribuição espacial, qualidade da ilustração, capa etc. O projeto editorial era avaliado se atentando para o eixo organizador temático, verificando se havia articulação desses volumes, cuidado na apresentação da coleção e dos volumes, informações adicionais que não didatizassem o texto e nem interferissem no processo de recepção estética do texto literário (idem: *ibidem*).

Ainda que relativamente vagos, Maria José lista alguns critérios que a comissão utilizou para selecionar as coleções. Como não tivemos acesso a todas as coleções (tanto

as que foram selecionadas como as que foram rejeitadas), fica difícil avaliar se as coleções selecionadas eram, de fato, as mais pertinentes. Ela relata ainda a questão da péssima distribuição de renda no país, o que dificulta o acesso ao livro e à leitura. Assim sendo, continua:

[...] Ter livros é fundamental, mas é preciso que os livros na escola passem por um processo democrático de leitura. Para alguns, essa é a oportunidade: ou ela se dá na escola ou não vai se dar em canto algum, porque “ler é verbo transitivo e pede objetos custosos”. Programas como esse são necessários. Ao mesmo tempo, é preciso que cada um assuma seu lado militante. Porque esses livros precisam circular. É criminoso sonegar esses objetos de crianças das escolas públicas enquanto elas precisam deles para mudar a sua própria história, para se constituírem cidadãos críticos. Sem uma certa utopia não se faz educação e não se trabalha na área de leitura (idem: 28-9).

Suely Duque Rodarte e Fernando Coelho A. Silveira, ambos secretários municipais de educação, também fizeram parte da comissão técnica. Suely lembrou da importância do programa, uma vez que concilia “dois eixos importantes: colocar o menino dono do livro e ligar a família e a leitura” (idem: 29).

Fernando Silveira também dá algumas pistas, embora não pormenorize, dos critérios quando lembra que:

Existiu, nestes processos, uma incessante busca por coerência pela Comissão Técnica. Todos os julgamentos feitos sobre os livros foram colocados à disposição dos editores. Não era dada uma simples nota, mas feita uma avaliação por escrito justificando cada nota atribuída. Eram cinco quesitos subdivididos em outros cinco subquesitos. Cada dupla fazia leitura de seis coleções. Cada coleção possuía cinco volumes. As coleções poderiam ter, no máximo, 320 páginas. Nesta leitura em parceria, se houvesse alguma discordância, se buscava coerência. A apreciação da Comissão Técnica não vinha alterar nenhuma avaliação feita, mas orientar nesse compromisso de evitar incoerências (idem: 30).

Infelizmente, é pouco o que se sabe a respeito dos critérios: que havia cinco quesitos, subdivididos em outros cinco. Ou seja, de alguma maneira, foi montado um *check list* e, a partir dele, as coleções eram avaliadas. Resta saber se tais quesitos eram, de fato, os ideais para esse tipo de seleção. Para isso, seria necessário submetê-los a diversos profissionais (como professores, coordenadores pedagógicos, bibliotecários, pesquisadores e estudiosos) para que pudessem esclarecer mais sobre o tema.

Elizabeth Serra, fechando o pronunciamento dos membros da comissão técnica, fala do sigilo em todo o processo e destaca que o trabalho “ultrapassou qualquer questão partidária” (FNLIJ, 2002: 31):

Por exemplo, no caso do PT, existe muita gente do próprio partido dentro do PROLER e dentro da Comissão e, em nenhum momento, essas pessoas desprestigiaram um programa que era do governo Fernando Henrique. Todos



com suas convicções mas, ao mesmo tempo, com um respeito muito grande, seriedade, coerência e ética, porque o objetivo comum de todos ultrapassava essas questões partidárias (idem: *ibidem*).

Esta é uma declaração preocupante, já que no final do processo ela parece estar aliviada, pois questões partidárias não atrapalharam em nada o andamento das atividades. O seminário ocorreu quando já se sabia que o próximo governo seria presidido pelo PT. Não havia, portanto, motivo aparente para qualquer tipo de “desprestígio” por parte dos petistas, já que, em 2003, a despesa do programa foi a maior desde a sua criação, em 1998.

Mais uma vez, a professora Maria Antonieta questiona a composição de acervos da maneira proposta pelas comissões técnicas. A professora pergunta se o acervo adquirido deve ser o mesmo para todas as escolas ou se seria melhor possibilitar a escolha autônoma das escolas:

Sabemos que as escolas têm situações muito diferentes, seja com relação ao acervo já existente, seja nas condições culturais dos alunos. Imaginar um mesmo acervo para todas as escolas brasileiras é não oferecer a cada uma o que pode, efetivamente, mobilizar a escola para a leitura.

Além disso, as experiências mostram que as aquisições se tomam muito mais significativas no cotidiano da escola e adequadamente exploradas, quando ela participa da escolha. Adotada essa estratégia, caberia ao MEC, através de manuais, encontros e de programas de televisão interativa, orientar as escolhas, de forma a garantir a diversidade que uma boa biblioteca deve apresentar. Por exemplo: organizam-se as listas de tal modo que nenhum gênero possa ser aliado da compra, nem possa haver aquisição de uma só ou de muito poucas editoras. Isso é perfeitamente possível (já fizemos isso para todo o Estado de Minas Gerais) e até razoavelmente simples.

Note-se que a pré-seleção se mostra extremamente importante: a avalanche de publicações do mercado brasileiro dificulta mesmo aos mais interessados acompanharem a produção. O mais frequente é o despreparo das escolas para fazerem uma escolha via catálogo. A pré-seleção garantiria as qualidades estéticas e pedagógicas mínimas, para uma escolha mais acertada, em função das características de cada escola. Além disso, sabemos que a “escolha livre” expõe as escolas à “operação desencilhe” que muitas editoras fazem frequentemente, com consequências desastrosas para qualquer projeto de leitura.

A exposição dos critérios da pré-seleção, os arazoados dos manuais, encontros e programas interativos, entre outros, já seriam o começo do trabalho com outro eixo do projeto: o preparo dos professores.

Ela aponta ainda que acervos comprados de poucas empresas na prática não são aumentados, já que não permitem que o leitor acompanhe a heterogênea produção literária e editorial do país e é preciso fazer mais que apenas comprar livros: os professores precisam de um melhor preparo.



A última questão proposta pela professora é se os livros devem ser produzidos exclusivamente para o projeto ou se devem ter o mesmo formato original (que é o vendido nas livrarias). É bom lembrar que na ação “Literatura em Minha Casa” os livros não são coloridos e têm um formato menor (14x21 cm) que o da maioria dos livros infantis publicados no país (cujo formato é o dobro, variando de 16x23 cm a 21x28 cm e, na maioria dos casos, os livros são coloridos):

Na verdade, o livro, sobretudo o de literatura, é muito mais do que uma soma de escritos: ele se individualiza por um conjunto de elementos do projeto gráfico, que pode contemplar ilustrações, cores, margens, fontes. Se criado adequadamente, no caso do público infantil e juvenil, terá visado a uma leitura que vai além das palavras e que toca o imaginário do leitor por uma série de dados de uma composição orquestrada. Fazer uma “operação de massa”, mutilando no livro aquilo que tem o poder da sedução é desconsiderar os muitos mistérios e a alquimia da leitura e não priorizar a conquista do leitor. Por outro lado, como foi idealizado, o livro já foi testado, analisado e avaliado, o que toma a seleção muito mais segura e menos sujeitas a hipóteses/experiências de risco – o que ocorre frequentemente, com toda certeza, quando se criam coleções para determinado projeto. Além disso, o livro tal como está no mercado já tem muitos custos pagos, o que possibilita sua reedição a preços módicos.

A mutilação do livro caracterizada pela professora, de fato, procede. Se compararmos algumas do programa com seu formato original, é inegável a melhor qualidade gráfica e editorial do produto. O projeto gráfico é, incomparavelmente, mais interessante só pelo fato de a maioria desses livros ser colorida.

E finaliza aconselhando de que maneira adquirir os livros:

Nesse quesito, é fundamental que o MEC não privilegie números estratosféricos, mas a qualidade e a ressonância de cada ação.

Um problema antigo e nunca atacado é o dos pontos de venda de livros no Brasil. Todos nós já nos cansamos de citar a incômoda situação brasileira com relação mesmo aos países vizinhos quanto ao número de livrarias no Brasil. E a situação piora a cada semestre. A questão não é simplesmente a de abrirem-se créditos para a criação ou ampliação das poucas empresas do ramo no interior do Brasil. O problema é de manutenção da empresa. E é óbvio que uma livraria se mantém na medida em que se mantém leitores.

Parece muito mais consequente que o MEC, ao pensar um programa de leitura, olhe para além da aquisição para o aluno que está na escola, e vislumbre o cidadão brasileiro que precisa, ao longo da vida, como em qualquer lugar civilizado, além de frequentar bibliotecas, visitar livrarias e lá adquirir seus livros.

Isso só acontecerá no dia em que valorizarmos a ida e a compra de livros nas próprias livrarias. (Sabemos que o “objeto do desejo” tem de estar perto dos olhos, das mãos de cada um: sem livrarias e sem bibliotecas, o cidadão brasileiro – ainda o que às vezes pode comprar – não tem como alimentar seu gosto pela leitura. Por isso, parece-nos mais importante ele ter acesso a muitos livros na biblioteca da escola do que ter uns poucos em casa.)

A decisão de instituir a compra de livros nas livrarias onera substancialmente um programa de aquisição de livros?



Definitivamente, não. Negociado o preço de capa com o MEC (com descontos razoáveis para todos os envolvidos), acordada a venda pelas livrarias e pontos de venda existentes (ou distribuidoras, na ausência desses), muitos gastos operacionais do MEC deixariam de ocorrer.

Sabe-se que nas coleções criadas para o MEC o ganho das editoras é pequeno por unidade e muito grande no total. Nesse mutirão, as negociações deixariam claras as margens de lucro pequenas, mas adequadamente distribuídas, de modo a manterem vivas livrarias e editoras, de todos os tamanhos. (A experiência mostra que, se o MEC estabelecer sua seleção para compra pelas escolas, as editoras baixam muito seus preços, porque apostam no ganho na quantidade e não no preço unitário. O mesmo aconteceria com as livrarias. A adesão, que é facultativa, acaba sendo total).

Um estudo razoavelmente fácil mostraria a exequibilidade de uma operação como esta, com claras vantagens do ponto de vista da cidadania. Seriam estabelecidas regras de forma a – aqui, também – se evitar qualquer monopólio. Uma medida de distribuição das vendas seria, por exemplo, a obrigatoriedade de a compra das escolas ser feita no seu Estado.

Uma vantagem adicional, mas nunca desconsiderável, desta proposta: as editoras produziriam os livros conforme os pedidos, o que parece bastante justo para todas elas. Da mesma forma, as livrarias negociariam uma venda assegurada. Neste programa, não haveria perdedores: nem a escola, nem o MEC, nem as empresas ligadas ao livro.

A professora acredita que tudo isso deve também ter a participação dos governos estaduais e municipais. Eles se engajariam comprometendo-se com o repasse de documentos, informações, cursos de capacitação, ou outros itens/custos do programa ou com a criação, construção e ampliação das bibliotecas. Percebemos, então, que os apontamentos da professora são bastante conflitantes com os de determinadas parcelas da indústria editorial, uma vez que ela recorre à questão da heterogeneidade dos acervos. Uma rápida olhada nos títulos das obras adquiridas pelos programas mostra que vários autores como Vinicius de Moraes, Ruth Rocha, Ricardo Azevedo, Moacyr Scliar, entre outros, aparecem em mais de uma edição do PNBE.

É possível concluir, portanto, que os próprios criadores e executores do programa (MEC, SEB e FNDE) revelam, no seminário realizado pela FNLIJ, despreparo e superficialidade em relação aos critérios adotados para avaliação e seleção dos títulos. Os que participaram de comissões técnicas e colegiados de seleção evidenciam sua pequena margem de intervenção diante de critérios pré-determinados que, surpreendentemente, não denunciam como constrangedores e/ou vagos demais para serem operados.

Ficam evidentes as áreas secretas ou não tratadas do negócio, tais como:

- quem de fato, organiza os critérios de seleção e
- como são operados os desempates.



E temos ainda áreas nevrálgicas, tais como, a participação dos professores na escolha. Esse ponto é arduamente defendido pela CBL, por razões negociais e notória possibilidade de influência no processo por parte das editoras. Cunha também defende tal participação, por achar que os professores têm condições de fazê-lo o que possibilitaria um aumento da regionalização dos acervos adquiridos.

Ou seja, percebe-se pelo menos “dois lados da moeda”: no primeiro, estão aqueles que se preocupam com o programa do ponto de vista pedagógico e educacional, já que o PNBE se constitui em uma grande ação de formação de leitores e, no segundo, estão os preocupados apenas como a sistemática, para que determinados interesses permaneçam intactos.

As visões apresentadas neste artigo são complexas e propõem importantes elementos para reflexão sobre segredos e possíveis contradições nos critérios de seleção de títulos que compõem o acervo do PNBE.

Referências bibliográficas

- CUNHA, Maria Antonieta Antunes. “Opinião sobre o projeto Literatura em Minha Casa, do MEC”. Carta aberta. Belo Horizonte: 27 fev. 2003.
- CUNHA, Maria Antonieta Antunes. “Por uma urgente e verdadeira transformação da política de letramento do cidadão brasileiro” In: 14º COLE, Campinas, 2003.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Relatório de Atividades 2000**, Brasília, s/d. 116 p. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fnde/relatorio_atividades_fnde_2000.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2011.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL (FNLIJ). **PNBE: O direito de ler literatura**, seminário realizado no 4º Salão do Livro para Jovens e Crianças, promovido pela FNLIJ, Rio de Janeiro, 25 e 26 nov. 2002. Disponível em <http://www.snel.org.br/downloads/relatorioseminarioPNBEMAM.doc>. Acesso em: 15 jan. 2008.
- LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?**. São Paulo: Summus Editorial, 2004.
- OLIVEIRA, João Batista Araújo e; GUIMARÃES, Sônia Dantas Pinto & BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A política do livro didático**. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP/Summus Editorial, 1984.
- OLIVEIRA, Lívio Lima de Oliveira. **Indústria editorial e governo federal: o caso do programa nacional biblioteca da escola (PNBE) e suas seis primeiras edições**. Tese de doutorado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da USP, 2008.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB). **Guia do livronauta**: sobrevoando o tesouro da biblioteca e aterrissando na prática. Brasília: MEC/SEB, 2001. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=25513>. Acesso em: 3 jul. 2011.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB). **Histórias e histórias**: guia do usuário do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 99: literatura infanto-juvenil. Brasília: MEC/SEB, 2001. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=28081>. Acesso em: 3 jul. 2011.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Voto e acórdão 604.204**. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2003. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/voto%20e%20acordao%20604.204%20biblioteca%20na%20escola%20monitorament.pdf >. Acesso em: 3 jul. 2011.